

Alma e Corpo na Antropologia Reformada

*Fundamentos antropológicos da rejeição do sono da alma em
João Calvino*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.18603958>

Rev. Fabiano Queiroz¹

O Púlpito, Curitiba, Brasil.

ABSTRACT

This article examines John Calvin's theological anthropology, focusing on the distinction between soul and body as foundational for the Christian understanding of death and the intermediate state. It argues that his rejection of soul sleep arises not from isolated exegetical claims, but from a coherent account of the human person as a unified being composed of body and soul, in which the soul, as the principle of life and personal identity, subsists after bodily death, ensuring the continuity of human existence before God. Furthermore, it contends that Christology serves as a normative criterion for this anthropology, grounding Christian hope in the true humanity of Christ and the promise of resurrection.

Key words: Theological anthropology. Soul and body. Intermediate state. John Calvin. Eschatological hope.

¹ Rev. Fabiano Queiroz é pastor presbiteriano, teólogo e expositor bíblico. Possui formação em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul e pós-graduação em Interpretação Bíblica pela Faculdade Batista do Paraná. Atua como pesquisador em pregação expositiva, com ênfase no método histórico-gramatical e na teologia bíblica. É autor de uma coleção expositiva que abrange os 66 livros da Bíblia e curador do portal www.opulpito.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7577-0521>.

Introdução

A reflexão cristã sobre o estado da alma após a morte está inevitavelmente ligada à forma como se compreende a constituição do ser humano. Questões escatológicas não se sustentam no vácuo: elas repousam sobre pressupostos antropológicos que, quando mal definidos, produzem consequências doutrinárias amplas e duradouras. Nesse sentido, debates em torno do estado intermediário revelam, com frequência, divergências mais profundas quanto à relação entre alma e corpo, à natureza da morte e à continuidade da identidade pessoal (SOUZA, 2026d).

No contexto da Reforma do século XVI, essas questões rea-

pareceram com particular intensidade. A rejeição reformada às doutrinas medievais do purgatório e das penas satisfatórias após a morte exigiu uma reavaliação cuidadosa do que ocorre ao ser humano no intervalo entre a morte e a ressurreição final, denominado “Estado Intermediário”. Em meio a esse cenário, algumas correntes passaram a defender concepções antropológicas que, ao enfatizarem a unidade do ser humano, acabaram por reduzir ou obscurecer a distinção entre alma e corpo, abrindo espaço para interpretações como a doutrina do sono da alma (SOUZA, 2026a).

É nesse ponto que a antropologia teológica de João Calvino assume relevância decisiva. A rejeição Calvinista do sono da alma não se baseia apenas em argumentos pontuais de nature-

za exegética, mas repousa sobre uma compreensão coerente do ser humano como unidade composta de corpo e alma, sem confusão entre ambos. Para Calvino, a alma não pode ser reduzida a uma função do corpo nem a um princípio meramente operativo, ela é substância distinta, criada por Deus, princípio da vida e sujeito da experiência pessoal, inclusive após a morte do corpo (SOUZA, 2026a).

Este artigo sustenta que a antropologia Calvinista fornece o fundamento teológico necessário para compreender tanto sua refutação do sono da alma quanto sua concepção do estado intermediário. Ao afirmar a distinção real entre alma e corpo e ao compreender a morte como separação e não como aniquilação, Calvino preserva a continuidade da identidade pes-

soal e a coerência entre antropologia, Cristologia e escatologia. Tal compreensão impede o reducionismo materialista e as especulações dualistas desvinculadas do testemunho bíblico (SOUZA, 2026b).

Para desenvolver essa tese, o estudo examina a antropologia de Calvino à luz de seus escritos teológicos, com atenção especial à sua compreensão da alma como causa da vida, à relação entre corpo e alma na criação e à implicação dessa relação para a compreensão da morte. O método adotado consiste em uma análise teológica e bíblica do pensamento Calvinista, privilegiando a coerência interna de sua argumentação e sua fundamentação nas Escrituras, sem recorrer a reconstruções históricas extensas ou a debates filosó-

ficos alheios ao escopo do artigo.

Ao explorar a antropologia teológica de Calvino, este artigo busca contribuir para uma compreensão mais sólida da relação entre alma e corpo no pensamento reformado e para o esclarecimento das bases doutrinárias que sustentam a esperança cristã diante da morte. Longe de ser um tema meramente especulativo, trata-se de uma reflexão que toca o cerne da fé cristã e orienta de modo decisivo a forma como a Igreja compreende a vida, a morte e a promessa da ressurreição (SOUZA, 2026c).

A Antropologia bíblica como ponto de partida

Qualquer reflexão teológica responsável sobre a relação en-

tre alma e corpo deve iniciar-se no testemunho das Escrituras. Antes de recorrer a formulações sistemáticas ou desenvolvimentos históricos, é necessário reconhecer que a antropologia cristã nasce da revelação bíblica e é moldada por sua linguagem, imagens e pressupostos (SOUZA, 2026d). O debate em torno do estado intermediário, portanto, não pode ser adequadamente compreendido sem uma atenção cuidadosa à forma como a Bíblia descreve o ser humano, sua constituição e sua existência diante de Deus.

A Escritura apresenta o ser humano como uma unidade criada por Deus, chamada à vida em relação com Ele (SOUZA, 2026d). Essa unidade, contudo, não elimina a distinção entre os diferentes aspectos da existência humana. Ao longo do texto

bíblico, o ser humano é descrito por meio de termos diversos, tais como vida, fôlego, alma, espírito e corpo, que não funcionam como categorias técnicas rígidas, mas como formas intercambiáveis e complementares de expressar a complexidade da existência humana. Reduzir essa linguagem a um esquema simplista, seja dualista ou monista, é erro hermenêutico e exegético grave e equivale a empobrecer o testemunho bíblico.

A Unidade Humana nas Escrituras

Desde o relato da criação, a Bíblia descreve o ser humano como resultado da ação direta de Deus, que forma o corpo do pó da terra e comunica vida por meio do sopro divino. Essa nar-

rativa não sugere a justaposição de duas realidades independentes, mas a constituição de um ser vivo integrado, cuja vida depende simultaneamente da materialidade do corpo e do dom divino que o anima. A unidade do ser humano é, portanto, um dado fundamental da antropologia bíblica (SOUZA, 2026d).

Ao mesmo tempo, essa unidade não se confunde com uma identidade indiferenciada. A Escritura fala do corpo como realidade visível, frágil e sujeita à morte, enquanto atribui à alma ou ao espírito aspectos ligados à interioridade, à consciência e à relação com Deus. Essa distinção emerge de forma natural em textos que descrevem a morte como retorno do corpo ao pó e continuidade da vida diante de Deus, ainda que sem oferecer

descrições ontológicas detalhadas do estado pós-morte.

Importa notar que a antropologia bíblica não se desenvolve em termos abstratos, mas em linguagem relacional. O ser humano é compreendido à luz de sua vocação, de sua responsabilidade moral e de sua relação com o Criador. A unidade corpo–alma não é definida em categorias filosóficas, mas vivida na experiência concreta da vida, da obediência, do sofrimento e da morte (SOUZA, 2026d). Qualquer leitura que dissolva essa unidade em um dualismo radical ou, por outro lado, reduza a existência humana à materialidade do corpo, perde de vista essa dimensão relacional fundamental.

Distinção sem separação: Limites e possibilidades da linguagem bíblica

A linguagem bíblica opera frequentemente por meio de metáforas e imagens, o que exige cautela na formulação de conclusões antropológicas. Termos como “alma” e “espírito” não funcionam como definições técnicas isoladas, mas como formas de expressar diferentes perspectivas da mesma realidade humana. Essa fluidez semântica não implica confusão conceitual, mas reflete a intenção das Escrituras de comunicar verdades profundas em linguagem acessível. Deus comunicou realidade elevadas de forma que sua Palavra pudesse compreender a capacidade humana.

Nesse sentido, a distinção entre alma e corpo deve ser afirmada sem que se introduza uma separação artificial entre ambas. Resulta daí uma antropologia que reconhece, ao mesmo tempo, a dignidade do corpo e a realidade da vida interior (SOUZA, 2026b). O corpo não é apresentado como prisão da alma, nem a alma como elemento descartável da existência humana. Ambos pertencem à boa criação de Deus e participam, de modo distinto, da vida concedida por Ele.

Essa distinção torna-se particularmente relevante quando se aborda a morte. A Escritura descreve a morte como ruptura violenta, como perda e como inimiga, mas também como realidade que não anula a relação do ser humano com Deus. A forma como essa continua-

de é compreendida dependerá, em grande medida, da maneira como se entende a relação entre alma e corpo. Uma antropologia que não reconhece essa distinção corre o risco de reduzir a morte a simples cessação da existência pessoal ou de esvaziar o significado bíblico da esperança (SOUZA, 2026c).

Assim, a antropologia bíblica fornece o horizonte necessário para a reflexão teológica posterior. Ela afirma a unidade do ser humano sem negar a distinção entre seus aspectos constitutivos e oferece as categorias fundamentais para pensar a morte, a continuidade da vida e a esperança escatológica. É a partir desse horizonte que se torna possível compreender a contribuição específica de João Calvino para a discussão antropológica e sua rejeição consistente

da doutrina do sono da alma, tema que será desenvolvido nas seções seguintes (SOUZA, 2026a).

A alma como substância distinta no pensamento de João Calvino

A antropologia teológica de Calvino caracteriza-se por uma afirmação clara da distinção entre alma e corpo, sem que essa distinção se converta em separação ou desprezo pela corporeidade. Diferentemente de concepções dualistas que opõem alma e corpo como realidades antagônicas, Calvino compreende o ser humano como unidade criada por Deus, na qual corpo e alma possuem funções distintas e complementares. Essa distinção não nasce de

especulação filosófica, mas de uma leitura atenta das Escrituras e de sua coerência interna (SOUZA, 2026a).

Para Calvino, a alma não pode ser reduzida a uma função do corpo nem identificada com processos físicos ou psicológicos. Ela é substância criada por Deus, princípio da vida que anima o corpo e sujeito da experiência pessoal. É por essa razão que a vida humana não se esgota na materialidade corporal, nem a consciência depende exclusivamente das funções orgânicas. Ao afirmar a substancialidade da alma, Calvino preserva a continuidade da identidade pessoal e estabelece a base para sua compreensão da morte e do estado intermediário (SOUZA, 2026a).

A alma como princípio de vida e identidade pessoal

Calvino entende a alma como aquilo que confere vida ao corpo e permite ao ser humano existir como sujeito diante de Deus. Não se trata de um acréscimo accidental à corporeidade, mas do princípio pelo qual o corpo vive, sente, deseja e responde moralmente. A alma, nesse sentido, é inseparável da identidade pessoal: é o “eu” que permanece o mesmo ao longo da vida, apesar das mudanças corporais e das transformações impostas pelo tempo (SOUZA, 2026a).

Essa compreensão impede que a identidade humana seja dissolvida na materialidade do corpo ou reduzida a um conjunto de funções biológicas. Para Calvi-

no, o corpo participa plenamente da dignidade da criação, mas não esgota a realidade da pessoa. A alma, como princípio vital, sustenta a continuidade da existência pessoal e fundamenta a responsabilidade moral do ser humano diante de Deus. Sem essa distinção, conceitos como juízo, esperança e comunhão com Deus perdem consistência teológica (SOUZA, 2026a).

Além disso, a compreensão da alma como substância distinta permite a Calvino explicar a permanência da pessoa para além da morte corporal. Se a alma fosse apenas uma função do corpo, sua dissolução implicaria necessariamente o fim da existência pessoal. Ao afirmar que a alma subsiste por si mesma, ainda que criada e dependente de Deus, Calvino preserva a possibilidade de continuidade

consciente da vida humana após a morte, sem negar a centralidade da ressurreição final (SOUZA, 2026a).

O corpo como instrumento da vida criada

A distinção entre alma e corpo, contudo, não conduz Calvino a uma desvalorização do corpo. Pelo contrário, o corpo é entendido como parte integrante da boa criação de Deus e como instrumento por meio do qual a vida da alma se expressa no mundo. O corpo não é prisão da alma, mas o meio legítimo de relação, ação e vocação. Essa compreensão afasta Calvino tanto do desprezo platônico pela matéria quanto de concepções que tornam absoluto a corporei-

dade em detrimento da vida interior (SOUZA, 2026a).

A relação entre alma e corpo, no pensamento Calvinista, é marcada por interdependência funcional, ainda que não por identidade ontológica. O corpo depende da alma para viver; a alma, por sua vez, expressa-se e atua por meio do corpo enquanto a vida terrena persiste. Essa relação explica por que a morte é experimentada como ruptura profunda: a separação entre alma e corpo não corresponde ao estado natural e original da criação, mas é consequência da queda (SOUZA, 2026a).

Ainda assim, essa separação não implica destruição da pessoa humana. O corpo retorna ao pó, conforme o testemunho bíblico, mas a alma permanece viva diante de Deus. Ao reco-

neher essa distinção, Calvino consegue afirmar simultaneamente a gravidade da morte e a continuidade da vida pessoal (SOUZA, 2026b). A morte é real, é dolorosa e é antinatural, mas não é absoluta; ela rompe a unidade corpo–alma, sem extinguir a existência daquele que foi criado para viver em relação com Deus (SOUZA, 2026a).

Essa concepção antropológica fornece o arcabouço necessário para a crítica Calvinista a qualquer doutrina que identifique a vida humana exclusivamente com a corporeidade ou que condicione a consciência à integridade do corpo. Ao reduzir a alma a mera função do corpo, tais concepções dissolvem a identidade pessoal no processo da morte e tornam incoerente a esperança cristã (SOUZA, 2026c).

A distinção afirmada por Calvino, ao contrário, preserva a dignidade da criação, a seriedade da morte e a continuidade da vida humana sob o cuidado soberano de Deus.

A morte como ruptura da unidade, não como aniquilação

A compreensão Calvinista da morte decorre diretamente de sua antropologia teológica. Se o ser humano é constituído por corpo e alma em unidade real, mas distinta, então a morte não pode ser entendida como aniquilação da existência pessoal, mas como separação entre esses dois aspectos da constituição humana. Essa definição é fundamental para evitar tanto leituras reducionistas da morte quan-

to especulações desvinculadas do testemunho bíblico (SOUZA, 2026d).

Para João Calvino, a morte é um evento real e profundamente disruptivo. Ela rompe a unidade original entre alma e corpo, introduzindo uma condição que não pertence ao desígnio original, mas que surge como consequência da queda. Nesse sentido, a morte não é trivializada nem espiritualizada.

O corpo, privado do princípio vital que o anima, retorna ao pó; a alma, contudo, não deixa de existir nem perde sua identidade pessoal ao separar-se do corpo.

O significado teológico da morte na antropologia calvinista

A definição da morte como separação ou ruptura permite a Calvino manter simultaneamente dois elementos centrais da fé cristã: a seriedade da morte como inimiga e a continuidade consciente diante de Deus.

Ao contrário de concepções que descrevem a morte como simples cessação da existência consciente, Calvino insiste que a morte afeta primariamente o corpo, não a substância da alma. A vida terrena chega ao fim, mas a existência pessoal não é absorvida pelo nada (SOUZA, 2026a).

Essa compreensão encontra respaldo na linguagem bíblica que descreve a morte como “retorno ao pó” e como “partida”, sem jamais afirmar a extinção da humana. Para Calvino, tais expressões não são meras figu-

ras de linguagem, mas indicam uma realidade teológica: a dissolução da vida corporal e a permanência da alma diante de Deus. A morte, portanto, é real e dolorosa, mas não absoluta, ela não possui a palavra final sobre a existência humana (SOUZA, 2026a).

Ao definir a morte nesses termos, Calvino evita dois extremos. De um lado, rejeita qualquer forma de desprezo pelo corpo ou negação da gravidade da morte, pois a separação entre alma e corpo representa uma ruptura antinatural. De outro, recusa a ideia de que a morte implique suspensão total da existência pessoal, o que tornaria incoerente a esperança cristã e esvaziaria o significado da comunhão com Deus além da vida terrena (SOUZA, 2026c).

Continuidade da identidade pessoal após a morte

A definição da morte como separação também tem implicações decisivas para a questão da identidade pessoal. Se a alma é o princípio da vida e o sujeito da experiência pessoal, então sua permanência após a morte do corpo garante a continuidade do “eu” humano. Para Calvino, a pessoa que morre não é substituída por outra nem dissolvida em uma realidade impessoal, é o mesmo sujeito que continua existindo diante de Deus, ainda que em condição distinta daquela vivida na corporeidade terrena (SOUZA, 2026a).

Essa continuidade é essencial para a coerência da fé cristã. Conceitos como juízo, responsabilidade moral e esperança

escatológica pressupõem a permanência da identidade pessoal.

Se a morte implicasse aniquilação da consciência ou dissolução do sujeito, tornar-se-ia difícil explicar de que modo o ser humano poderia responder diante de Deus ou experimentar a promessa da vida eterna. Ao afirmar a continuidade da alma, Calvino preserva a inteligibilidade desses elementos centrais da teologia cristã, claramente bíblicas.

Além disso, a continuidade da identidade pessoal fundamenta a distinção entre morte e ressurreição. A ressurreição do corpo não cria uma nova pessoa, mas restaura a unidade corpo–alma daquele que já existe diante de Deus. A esperança cristã, portanto, não repousa em uma recriação ex-nihilo do sujeito hu-

mano, mas na redenção plena da pessoa inteira. A morte interrompe a vida corporal, mas não interrompe a história pessoal do ser humano diante de Deus (SOUZA, 2026c).

Essa compreensão antropológica fornece a base necessária para rejeitar concepções que identificam a vida humana exclusivamente com a integridade corporal ou com a atividade consciente mediada pelo corpo. Ao fazê-lo, Calvino estabelece um quadro teológico no qual a morte é levada a sério, a identidade pessoal é preservada e a esperança cristã permanece inteligível.

É sobre esse fundamento que se torna possível compreender a doutrina do estado intermediário e a consciência da alma mesmo após a morte, temas que

conectam diretamente a antropologia Calvinista à escatologia reformada.

A Cristologia como critério antropológico

Na teologia de João Calvino, a antropologia não pode ser construída de forma autônoma ou abstrata. Qualquer afirmação sobre a constituição do ser humano deve ser submetida ao critério cristológico, pois é em Cristo que a verdadeira humanidade se manifesta de modo pleno e normativo.

A relação entre alma e corpo, a compreensão da morte e a continuidade da identidade pessoal encontram, portanto, seu parâmetro último na encarnação, morte e ressurreição do Filho de Deus.

Essa convicção impede que a antropologia cristã derive de pressupostos filosóficos externos à revelação. Para Calvino, não é o ser humano idealizado que define a antropologia, mas o Cristo real, histórico e encarnado. A humanidade assumida pelo Verbo não apenas revela quem Deus é, mas também ilumina o que significa ser verdadeiramente humano diante de Deus (SOUZA, 2026a).

A alma humana de Cristo e a realidade de sua morte

A morte de Cristo ocupa lugar central na reflexão Calvinista sobre a constituição humana. Ao afirmar que Cristo morreu verdadeiramente, Calvino sustenta que houve separação real entre sua alma e seu corpo. Essa

separação não foi aparente nem simbólica, mas correspondeu à experiência plena da morte humana, ainda que sem corrupção moral (SOUZA, 2026b). A humanidade de Cristo, portanto, não é apenas modelo ético, mas realidade ontológica que informa a compreensão cristã da morte (SOUZA, 2026a).

A afirmação da alma humana de Cristo é decisiva nesse ponto. Cristo não assume um corpo desprovido de interioridade, nem uma humanidade incompleta. Sua alma, criada e verdadeira, subsiste para além da morte do corpo, permanecendo viva diante de Deus. Negar essa subsistência implicaria comprometer a integridade da encarnação e reduzir a morte de Cristo a um evento meramente físico, incapaz de representar plenamente a condição humana.

Para Calvino, qualquer doutrina que postule a inconsciência da alma após a morte do corpo esbarra, inevitavelmente, nessa dificuldade cristológica. Se a alma do homem entra em estado de inatividade absoluta ao separar-se do corpo, seria necessário aplicar o mesmo princípio à alma de Cristo. Tal conclusão, contudo, é teologicamente insustentável, pois rompe a unidade entre a obra redentora de Cristo e a experiência humana que ele veio assumir e redimir (SOUZA, 2026a).

Cristo como paradigma da esperança humana

A Cristologia Calvinista não apenas fundamenta a compreensão da morte, mas também orienta a esperança cristã. A união

do crente com Cristo estabelece uma correspondência real entre o destino de Cristo e o destino daqueles que lhe pertencem. O que ocorre com Cristo, em sua humanidade, fornece o paradigma para compreender o que ocorre com o crente, ainda que de modo analógico e subordinado (SOUZA, 2026d).

Se a alma de Cristo subsiste viva após a morte e permanece em comunhão com o Pai, então a esperança cristã não pode ser reduzida à expectativa distante da ressurreição final, como se nada houvesse entre a morte e o último dia. A Cristologia impede que o estado intermediário seja concebido como vazio ontológico ou suspensão da existência pessoal. Pelo contrário, ela fundamenta a convicção de que a vida humana, ainda que ferida pela morte, permanece

guardada em Deus (SOUZA, 2026d).

Ao submeter a antropologia ao critério cristológico, Calvino preserva a coerência entre criação, redenção e consumação. A morte não destrói a humanidade assumida por Cristo, nem interrompe a relação pessoal do ser humano com Deus. A esperança cristã, portanto, não repousa em abstrações escatológicas, mas na pessoa concreta de Cristo, cuja humanidade glorificada garante a continuidade e a restauração final da vida humana (SOUZA, 2026c).

Essa centralidade cristológica confere à antropologia Calvinista um caráter profundamente teológico. Não se trata de descrever a constituição humana em termos neutros, mas de compreender o ser humano à

luz daquele que é o mediador entre Deus e os homens. É nesse horizonte que a distinção entre alma e corpo, a definição da morte como separação e a afirmação da continuidade da identidade pessoal encontram sua legitimidade e seu limite (SOUZA, 2026b).

Implicações teológicas da antropologia Calvinista

A antropologia teológica desenvolvida por João Calvino não permanece no nível descritivo, mas produz implicações diretas para a compreensão cristã da morte, do estado intermediário e da esperança escatológica.

Ao afirmar a distinção real entre alma e corpo, compreender a morte como separação, e não

como aniquilação, e submeter essas categorias ao critério cristológico, Calvino estabelece um arcabouço teológico coerente que sustenta, de modo orgânico, sua rejeição da doutrina do sono da alma (SOUZA, 2026a).

Antropologia e Estado Intermediário

A compreensão da alma como substância distinta e princípio da identidade pessoal fornece o fundamento necessário para afirmar a continuidade da existência humana após a morte do corpo. A antropologia Calvinista torna inteligível a noção de estado intermediário sem recorrer a especulações metafísicas ou a construções alheias ao testemunho bíblico. A alma subsiste diante de Deus, não como

entidade autônoma ou desencarnada no sentido platônico, mas como sujeito pessoal cuja vida permanece preservada sob a soberania divina.

Nesse sentido, o estado intermediário não representa uma solução sob medida para dificuldades escatológicas, mas uma consequência lógica da compreensão bíblica do ser humano. Se a morte não extingue a identidade pessoal, então deve haver uma forma de existência entre a morte e a ressurreição final.

A antropologia Calvinista permite afirmar essa continuidade sem comprometer a centralidade da ressurreição do corpo, que permanece como consumação da redenção humana.

Essa coerência explica por que Calvino considera insustentável

qualquer doutrina que negue a consciência da alma após a morte. Reduzir o estado intermediário a um intervalo de inconsciência absoluta ou sono exigiria pressupostos antropológicos incompatíveis com a distinção alma-corpo e tornaria opaca a própria noção de existência pessoal diante de Deus. Assim, a rejeição do sono da alma emerge não como reação isolada, mas como desdobramento necessário de uma antropologia teológica bem definida (SOUZA, 2026a).

Antropologia e Esperança Escatológica

As implicações da antropologia Calvinista estendem-se também ao modo como a esperança cristã é concebida. Ao preservar a continuidade da identidade pessoal e a subsistência da alma

após a morte, Calvino impede que a esperança seja projetada exclusivamente para um futuro distante, desconectado da experiência concreta da morte (SOUZA, 2026c). A vida cristã não é sustentada apenas pela expectativa da ressurreição final, mas também pela convicção de que a relação pessoal com Deus não é interrompida pela morte corporal (SOUZA, 2026a).

Essa perspectiva confere densidade teológica à esperança escatológica, evitando tanto uma escatologia excessivamente realizada quanto uma escatologia adiada a ponto de esvaziar o presente. A antropologia Calvinista sustenta uma esperança que reconhece a gravidade da morte, mas que se recusa a atribuir-lhe caráter absoluto. A morte interrompe a vida corpo-

ral, mas não suspende a existência pessoal nem rompe a comunhão com Deus (SOUZA, 2026c)

Além disso, a continuidade da identidade pessoal é condição necessária para a inteligibilidade do juízo, da promessa e da redenção final. A ressurreição do corpo, na teologia Calvinista, não inaugura uma nova pessoa, mas restaura a unidade corpo–alma daquele que já existe diante de Deus. Assim, a esperança cristã mantém sua coerência interna: Aquele que morre, aquele que subsiste diante de Deus e aquele que ressuscita é o mesmo sujeito redimido pela graça divina (SOUZA, 2026c).

Desse modo, a antropologia teológica de Calvino revela-se não apenas como fundamento conceitual, mas como elemento

estruturante da fé cristã. Ao integrar antropologia, Cristologia e escatologia, ela oferece uma compreensão do ser humano capaz de sustentar tanto a reflexão doutrinária quanto a esperança que orienta a vida cristã. É sobre essa base que se pode compreender a força e a consistência da rejeição Calvinista do sono da alma e preparar o caminho para uma consideração mais explícita de suas implicações pastorais, tema que será desenvolvido em seguida (SOUZA, 2026c).

Considerações Finais

A análise da antropologia teológica de João Calvino evidencia que sua rejeição da doutrina do sono da alma não pode ser compreendida como reação

pontual a uma controvérsia do século XVI, mas como desdobramento necessário de uma compreensão coerente do ser humano à luz das Escrituras e da Cristologia (SOUZA, 2026d). Ao afirmar a distinção real entre alma e corpo, sem fragmentar a unidade humana, Calvino estabelece os pressupostos fundamentais para pensar a morte, a continuidade da identidade pessoal e a esperança cristã de modo teologicamente consistente.

Ao longo deste artigo, procurou-se demonstrar que a alma, no pensamento Calvinista, não é mero atributo funcional do corpo nem princípio abstrato desvinculado da vida concreta, mas substância criada por Deus e princípio da identidade pessoal. Essa compreensão impede tanto o reducionismo materialista

quanto o dualismo especulativo, preservando a dignidade do corpo e a realidade da vida interior como dimensões inseparáveis da existência humana. A morte, compreendida como separação e não como aniquilação emerge, assim, como evento real e trágico, mas incapaz de extinguir a pessoa humana diante de Deus (SOUZA, 2026b).

A centralidade da Cristologia mostrou-se decisiva para a coerência dessa antropologia. Ao submeter a compreensão do ser humano à humanidade real de Cristo, Calvino evita construções antropológicas autônomas e estabelece um critério normativo sólido.

A morte de Cristo, marcada pela separação entre alma e corpo sem perda da identidade pessoal, fornece o paradigma teológico

co para compreender tanto a morte humana quanto a esperança que a atravessa (SOUZA, 2026b). Desse modo, a antropologia Calvinista permanece inseparável da obra redentora de Cristo e da promessa da ressurreição final.

As implicações dessa compreensão estendem-se diretamente ao estado intermediário e à esperança escatológica. A continuidade da identidade pessoal após a morte torna inteligível a existência do ser humano diante de Deus entre a morte e a ressurreição, sem comprometer a centralidade da redenção corporal futura. A esperança cristã, nesse horizonte, não se reduz a um evento escatológico distante, mas se ancora na fidelidade de Deus que preserva a vida humana mesmo diante da ruptura introduzida pela morte.

Conclui-se, portanto, que a antropologia teológica de Calvino oferece um fundamento robusto para a rejeição do sono da alma e para a afirmação da continuidade consciente da existência humana após a morte. Longe de constituir especulação marginal, essa reflexão integra de modo orgânico antropologia, Cristologia e escatologia, preservando

a coerência interna da fé cristã. Ao recuperar essa perspectiva, o presente estudo contribui para uma compreensão mais sólida do ser humano diante de Deus e prepara o caminho para uma consideração mais explícita das implicações pastorais dessa doutrina, especialmente no que diz respeito à esperança cristã diante da morte.

RESUMO

Este artigo examina a antropologia teológica de João Calvino, com foco na distinção entre alma e corpo como fundamento para a compreensão cristã da morte, do estado intermediário e da esperança escatológica. Sustenta-se que a rejeição Calvinista da doutrina do sono da alma não decorre apenas de argumentos exegéticos pontuais, mas de uma compreensão coerente do ser humano como unidade composta de corpo e alma, sem confusão ontológica entre ambos. A partir de uma análise teológica de seus escritos, o estudo demonstra que Calvino compreende a alma como substância criada por Deus, princípio da vida e da identidade pessoal, cuja subsistência após a morte do corpo torna inteligível a continuidade da existência humana diante de Deus. O artigo argumenta ainda que a Cristologia exerce papel normativo nessa antropologia, uma vez que a humanidade real de Cristo fornece o critério para compreender a morte humana e a esperança da ressurreição. Conclui-se que a antropologia Calvinista integra de modo orgânico antropologia, Cristologia e escatologia, oferecendo um fundamento teológico sólido para a rejeição do sono da alma e para a afirmação da esperança cristã diante da morte.

Palavras-chave: Antropologia teológica. Alma e corpo. Estado intermediário. João Calvino. Escatologia. Esperança escatológica.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CALVINO, João. *Institutas da Religião Cristã*. Tradução de Waldyr Carvalho Luz. 4. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. 2 v.

CALVINO, João. Psychopannychia. Disponível em: <https://opulpito.com.br/estudos-expositivos/artigos/psychopannychia-joao-calvino/> . Tradução e Comentário Exegético de Fabiano Queiroz de Souza. Acesso em: 18 jun. 2026a.

SOUZA, Fabiano Queiroz. Alma e Corpo na Antropologia Teológica Reformada. Disponível em: <https://opulpito.com.br/psychopannychia-alma-estado-intermediario/> . Acesso em: 18 jun. 2026b.

SOUZA, Fabiano Queiroz. Esperança Cristã e Consolo Pastoral Diante da Morte. Disponível em: <https://opulpito.com.br/psychopannychia-esperanca-diante-da-morte/> Acesso em: 18 jun. 2026c.

SOUZA, Fabiano Queiroz. Teologia: Doutrinas Essenciais para Pregadores do Evangelho: As doutrinas que todo pregador precisa dominar para pregar com fidelidade. Curitiba: OPulpito, 2026d.